

ENGEREDE ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ 04.823.459/0001-46, valor com desconto de 15,42%: R\$ 2.457.382,80. O resultado foi adjudicado e homologado pela autoridade competente e os autos encontram-se com vistas franqueadas.

PAULO HENRIQUE DE URZEDA MOTA
Superintendente Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CESSÃO - UASG 200119

Nº Processo: 08660036308201869. Cessionário: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ 00.394.494/0114-13. Cedente: FRAPORT S.A, CNPJ 27.059.460/0001-41. Objeto: Cessão de direitos, a título oneroso e precário, sobre a posse de um Hangar, medindo 376,52 metros quadrados de Área Edificada e 1.401,00 metros quadrados de Área Não Edificada no entorno do Hangar, localizadas no Complexo Aeroportuário de Porto Alegre. Vigência: 11/10/2018 a 10/10/2019. Valor Total: R\$186.768,00. 2018NE800733. Data de Assinatura: 11/10/2018.

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 25/2018

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 30/10/2018 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para equipar o datacenter da nova sede da SRPRF/RS, contemplando aquisição, instalação e configuração de equipamentos, com fornecimento de software, suporte e garantia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00012 Novo Edital: 08/11/2018 das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. A.J. Renner, 2.701 Humaitá - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/11/2018, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

GIOVANI AUGUSTO TAGLIAPIETRA
Pregoeiro

(SIDE - 07/11/2018) 200119-00001-2018NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018 - UASG 200117

Nº Processo: 08658.087830/2018. Objeto: Contratação do serviço de confecção de distintivos de identificação nominal para fixação em peças do uniforme Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Valor abaixo do limite legal declaração de Dispensa em 07/11/2018. MARCELO ANNUNZIATO RAMOS. Chefe da Saf Substituto. Ratificação em 07/11/2018. VALMIR CORDELLI. Superintendente. Valor Global: R\$ 2.963,60. CNPJ CONTRATADA : 01.644.445/0001-77 MAGAZINEBATALHA LTDA. Valor: R\$ 1.723,60. CNPJ CONTRATADA : 30.129.040/0001-07 ANA MARIA CARVALHO DA SILVA GUEDES 05904661860. Valor: R\$ 1.240,00

(SIDE - 07/11/2018) 200117-00001-2018NE800042

DIRETORIA-EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO dos proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 19/2018, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, junto a qualquer unidade da Polícia Rodoviária Federal - PRF devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo à PRF, até a data limite prevista neste edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em www.prf.gov.br) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUTOR INFRATOR: a) Cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) Para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) Cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) Cópia do CRLV; e) Se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) Se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprovante da posse do veículo no momento do cometimento da infração; g) Se o proprietário é Órgão ou Entidade Pública, e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário o ofício do representante legal do órgão ou entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento da infração. 2) Tratando-se de veículo de propriedade de pessoa jurídica ou leasing, será obrigatória a identificação do condutor infrator, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas consequências definidas nos §§ 7 e 8 do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro CTB. 3) A indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se: o formulário estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com as assinaturas originais do condutor e proprietário do veículo; não estiver faltando os documentos solicitados; o requerente tiver legitimidade; e não estiver fora do prazo. O requerente é responsável penal, civil e administrativamente pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados em qualquer unidade da PRF ou pelo sítio www.prf.gov.br e poderão ser encaminhados, no prazo estabelecido, via remessa postal para o endereço da Polícia Rodoviária Federal da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregues em qualquer de suas unidades administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio www.prf.gov.br).

INFRAÇÕES: A lista de autos de infração está disponível em www.prf.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio da PRF é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação (data limite).

ANTÔNIO VITAL DE MORAES JÚNIOR
Coordenador-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2018 - UASG 200331

Nº Processo: 08106000627201589. Objeto: Contratação de empresa para atuar como Administradora de Benefícios, Seguradora de Plano de Saúde ou Operadora de Plano de Saúde, com a finalidade de disponibilizar Plano de Assistência Médica, com abrangência mínima nas Capitais e nos Municípios a partir de 200.000 (duzentos mil) habitantes, na modalidade coletivo empresarial, padrão enfermagem, sem coparticipação, devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, objetivando prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar (sem obstetrícia), respeitadas as normas que regulamentam este objeto, e em especial a Lei nº 9.656/1998, a fim de atender os servidores mobilizados para atuarem na Força Nacional de Segurança Pública/SENASP/MJ conforme Lei nº 11.473/2007, especificados e quantificados no edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 08/11/2018 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Mj - Ed.sede 5.andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200331-5-00010-2018. Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/11/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

CELIANE DAMASCENA NUNES
Pregoeira

(SIASGnet - 07/11/2018) 200331-00001-2018NE800013

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2018 ao Convênio Nº 842600/2016. Conventes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330. Convenente: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 37115482000135. Prorrogação de vigência. Valor Total: R\$ 5.371.753,00, Valor de Contrapartida: R\$ 121.753,00, Vigência: 08/11/2018 a 07/05/2019. Data de Assinatura: 31/12/2016. Signatários: Concedente: JOAO TADEU FIORENTINI, CPF nº 03370845806, Convenente: ERIC SEBA DE CASTRO, CPF nº 289.787.061-34.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 0889867/2018.

Nº PROCESSO: 00190.111829/2018-84.

PARTES: MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul- SAS - Quadra nº 1 - Bloco "A", 8º andar, CEP 70070-905, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 26.664.015/0001-48 e a CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede com sede no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 13º andar, Praça do Buriti - CEP 70.095-900 - Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 08.994.148/0001-96.

OBJETO: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a integração de metodologias entre os partícipes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas.

RECURSOS: Este instrumento não acarreta quaisquer ônus financeiros aos partícipes.

VIGÊNCIA: vigência de sessenta meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação.

DATA DE ASSINATURA: 05/11/2018.

SIGNATÁRIOS: O Secretário-Executivo do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, José Marcelo Castro de Carvalho, e o Secretário de Estado Controlador-Geral da Controladoria Geral do Distrito Federal, Lúcio Carlos de Pinho Filho.

Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/GOLIC/2018

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos do Recife/STU/REC. Torna Público CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRONICA-SABE, DA CBTU/STU/REC. Empresa Contratada: PRODATA MOBILITY BRASIL S/A, CNPJ 05.535.694/0001-85, no Valor Total Global de R\$ 366.793,56 (Trezentos e Sessenta e Seis Mil, Setecentos e Noventa e Tres Reais e Cinquenta e Seis) com prazo de execução de 12 (doze) meses, Comforme disposto no art 201,paragrafos 2º e 3º do RILC da /CBTU e Fundamentada no art 30 inciso I da lei 13303 de 30/06/2016 e no artigo 205, inciso I, paragrafo I do RILC da CBTU de 18.07.2018. Com aprovação da Gerência Regional Administrativa Financeira-GIAFI e Ratificação do Superintendente Regional de Trens Urbanos do Recife.

VÍRGINA BARBOSA ALEIXO
Presidente da CPL

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO CONTRATO N.º 01.120.051/2014-D

Quarto termo aditivo firmado com GPA TREINAMENTO FÍSICO PERSONALIZADO LTDA. CNPJ: 07.161.152/0001-15. OBJETO: Aditar o contrato originário, para renovar a avença e prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, bem como conceder reajustamento, no percentual de 2,8550% (dois inteiros e oito mil quinhentos e cinquenta milésimos por cento), a contar de 05 de novembro de 2018, no valor de R\$ 751.193,47 (setecentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), tudo em conformidade com o art. 57, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo n.º 001705/2013. Assinatura: 01/11/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N.º 120.036/2015-B

Segundo termo aditivo firmado com CELSO RECH - ME. CNPJ: 22.878.629/0002-52. OBJETO: Aditar o contrato originário, para renovar a avença e prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 05 de dezembro de 2018, permanecendo inalteradas as demais condições e disposições que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente termo. Processo Administrativo n.º 0159/2015. Assinatura: 07/11/2018

